




CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

EDITAL Nº 10/ 2017

-----Dr. António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde:-----

-----Torna público, para cumprimento do estipulado no artigo 56º do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro de que, em reunião do executivo, realizada em 20 de fevereiro do corrente, foi deliberado por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento de Utilização dos Recursos Computacionais.-----

----- Para constar e devidos efeitos se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo, na página da internet do município.-----

-----E eu,  , Chefe da Divisão de Administração e Finanças o subscrevi.-----

Paços do Município de Vila Verde, em 22 de fevereiro de 2017

O Presidente da Câmara,



O presente edital é afixado pelo prazo de 15 dias em 02/03/17 e retirado em ____/____/____

O(A) Funcionário(a)



REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS COMPUTACIONAIS, REDE DE DADOS E DA GESTÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Preâmbulo

A Unidade de Sistemas de Informação e Modernização Administrativa (USIMA), é a entidade que no Município de Vila Verde é responsável pela gestão e segurança dos meios computacionais, rede de dados, bem como o garante da eficácia dos sistemas de informação que exploram essas capacidades para trabalho útil aos serviços. A gestão dos sistemas e redes por parte da USIMA deverá seguir os princípios da idoneidade, independência e do tratamento equitativo consagrados na legislação e alicerçados no presente normativo.

O presente Regulamento integra as regras a observar pelos respetivos utilizadores, de forma a que, por um lado, e via impacto das tecnologias se maximize a eficácia dos serviços, mas também se dê total cumprimento às disposições legais aplicáveis, relativas à criminalidade informática, à proteção de dados pessoais e ao tratamento de dados pessoais e proteção da privacidade.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241.º, da Constituição da República Portuguesa, e da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a Câmara Municipal aprova o Regulamento Municipal de Utilização dos Recursos Computacionais, Rede de Dados, e da Gestão de Tecnologias de Informação.

Artigo 1.º

Objeto

1. Tendo em vista assegurar o correto funcionamento dos sistemas de informação enquanto ferramenta base para a comunicação e o processamento de dados com vista à criação de valor acrescentado de informação, o presente regulamento:

- i) Estabelece as condições em que os utilizadores, trabalhadores do Município, eleitos locais podem interagir com os sistemas citados;
- ii) Estabelece normas aplicáveis para salvaguarda da informação, do desempenho dos mecanismos e recursos disponibilizados;
- iii) Institui um conjunto de regras para a conduta necessária para o uso dos mecanismos de autenticação por senha, assinaturas eletrónicas, certificados

digitais e as ferramentas mais abrangentes dos sistemas de informação municipais;

iv) Apresenta um conjunto de normas para a boa utilização do recurso “informação” no contexto da utilização dos sistemas informáticos, relativas à qualidade, formatos, convenções, codificações e estruturação dos dados.

Artigo 2.º

Âmbito

1. O presente regulamento aplica-se aos sistemas de informação municipais e à comunidade de utilizadores do mesmo.
2. O presente regulamento não prejudica as disposições legislativas nacionais ou europeias.

Artigo 3.º

Disposição Geral

1. Uma vez atribuído acesso ao sistema informático a um utilizador, este último torna-se o único responsável por qualquer ação que venha a acontecer pelo uso do mesmo. Este acesso será desativado após o termo da relação laboral entre o Município e o utilizador. O acesso poderá ser parcialmente suspenso em caso de desrespeito pelo normativo aqui incluído. Neste âmbito são proibidos e sujeitos a aplicação de sanções os seguintes procedimentos:

- a) Solicitar um acesso sob falsos pretextos;
- b) Partilhar um acesso com outra pessoa. Em consequência, um utilizador que tenha partilhado o seu acesso com outros é considerado o único responsável pelo uso do acesso que foi atribuído;
- c) Não respeitar as boas práticas divulgadas para a escolha ou composição de uma senha resiliente a ataques ou tentativas de acesso indevido;
- d) Apagar, examinar, copiar ou modificar ficheiros de dados ou qualquer tipo de informação pertencente a outro utilizador sem o seu explícito consentimento;
- e) Tentar contornar ou alterar quotas de recursos atribuídas aos utilizadores;
- f) Penalizar outros utilizadores através do uso abusivo dos recursos existentes após ter sido advertido de tal situação;
- g) Utilizar os recursos existentes para fins comerciais;
- h) Concretizar qualquer acto deliberado que venha danificar um computador ou corromper a informação, que lhe modifique o funcionamento normal, ou que origine mau funcionamento independentemente da duração da ação;
- i) Usar os meios informáticos fora de horários estipulados.

Artigo 4.º

Certificados Digitais

1. O Município de Vila Verde possui uma infraestrutura de chaves públicas capaz de implementar uma autoridade certificadora (AC), emitindo certificados para o Município e comunidade de utilizadores.
2. Os certificados emitidos pelo Município devem ser usados por cada utilizador nos mecanismos de comunicação interna, entre dois interlocutores do Município, quando for usado um meio baseado em documentos produzidos em computador quer seja posteriormente impresso e assinado de forma manuscrita ou não.
3. Na assinatura de documentos digitais para comunicação com o exterior e sempre que a sua relevância jurídica seja maior, deverão ser usados certificados qualificados emitidos por prestadores qualificados de serviços de confiança.
4. Uma vez atribuído um certificado digital para autenticação, assinatura ou cifra a um utilizador, este último torna-se o único responsável por qualquer ação que venha a acontecer pelo uso do mesmo. Este certificado terá uma duração limitada cujo processo de renovação caberá à USIMA, que procederá ainda ao registo de qualquer revogação. O certificado será prontamente revogado no caso de desrespeito pelo normativo aqui incluído. Neste âmbito são proibidos e sujeitos a aplicação de sanções os seguintes procedimentos:
 - a) Partilhar um certificado com outra pessoa. Em consequência, um utilizador que tenha partilhado o seu certificado com outros é considerado o único responsável pelas ações de cifra, autenticação ou assinatura de documentos que correspondam ao certificado citado;
 - b) Utilizar certificados emitidos pela AC Municipal, ou adquiridos pelo Município, para uso comercial ou a prossecução de interesses externos à entidade;
 - c) Não comunicar atempadamente quaisquer situações que impliquem a revogação de um certificado.

Artigo 5.º

Utilização da rede

1. O acesso por parte dos utilizadores às redes de dados é facultado para uso em dispositivos rastreáveis e registados no equipamento de segurança (*firewall* ou *proxy*) gerido na USIMA. São condições necessárias para a utilização da rede:
 - a) Que os utilizadores não tentem acessos não autorizados a sistemas remotos ou servidores internos;

- b) Não haver tentativas de “descodificação” de “passwords” de acesso a sistemas, áreas ou recursos de outros utilizadores;
- c) Não se copiar materiais protegidos por copyrights tal como software sujeito a licença ou obras protegidas;
- d) Não se tentar obter níveis de privilégio superior ao que lhes foi atribuído;
- e) Não se mover quaisquer ações que bloqueiem o uso dos recursos disponibilizados;
- f) Não utilizar os recursos informáticos para fins que não sejam de trabalho útil ao Município.

2. O Município poderá dispor de instrumentos de monitorização ocorrida na utilização de programas e ligações à rede.

3. O acesso à Internet será sempre que possível filtrado para limitar conteúdos de cariz violento (incitamento à violência), jogos de azar em linha, racismo, pirataria, pornografia, drogas ilegais ou demais atividades criminosas.

4. A utilização do registo em *log* descrito no n.º2 será equilibrada face aos direitos à privacidade sendo absolutamente circunscrita à resolução de anomalias de funcionamento, imoderação no uso de recursos ou a pedido das autoridades.

5. Os utilizadores possuirão um espaço reservado para os seus ficheiros de dados cujo tamanho estará sujeito a cota e no qual deverão manter a mínima ocupação possível. Poderão ser apagadas pela USIMA de forma automática:

- a) Informação fora das áreas reservadas para os utilizadores e unidades orgânicas;
- b) Atalhos para localizações na rede inexistentes;
- c) Ficheiros de formato não autorizado ou dimensão excessiva que extravasem o exercício normal das funções de trabalhador do município;
- d) Registos das bases de dados sem cumprir critérios mínimos de qualidade de preenchimento.

Artigo 6.º

Equipamentos

1. No manuseio respeitante aos equipamentos informáticos está vedado aos utilizadores:

- a) A instalação de qualquer peça de *hardware* além dos dispositivos externos de memória secundária;
- b) A instalação de qualquer peça de *software* sujeita a licença de utilização;

- c) A abertura de caixas de equipamentos ou desmontagem de qualquer componente;
- d) A realocação de equipamentos sem a comunicação atempada, aprovada superiormente, ficando ainda sujeita a parecer por parte da USIMA de forma a garantir critérios de racionalização de meios e recursos;
- e) A quebra da ligação física ou lógica dos equipamentos à rede.

2. É desaprovado, sem autorização superior:

- a) Deixar os computadores com a sessão aberta sem o detentor estar presente, que ficará responsabilizado pelas ações praticadas na respectiva sessão;
- b) Deixar os computadores e periféricos ligados após o período de trabalho;
- c) O uso de colunas de som, recomendando-se em caso de necessidade o uso de auscultadores ou auriculares.

Artigo 7.º

Apoio técnico

1. A USIMA procederá de forma autónoma ou articuladamente com fornecedores externos para ultrapassar quaisquer condições que se considerem anómalas na utilização dos sistemas informáticos respeitando os seguintes preceitos:

- a) O apoio ou *helpdesk* informático deverá ser preferencialmente solicitado via eletrónica, remetendo-se para o contacto telefónico os pedidos urgentes ou que impossibilitam totalmente a operação dos equipamentos;
- b) Sempre que houver necessidade de os utilizadores procederem a um contacto directo com entidades externas que prestem apoio ao *software* instalado deverão colaborar fornecendo à USIMA indicações que considerem pertinentes para melhorar todo o sistema;
- c) Os pedidos de assistência serão sempre que possível correspondidos com acessos remotos por telemanutenção, estando os técnicos da USIMA autorizados a ligarem-se aos postos aquando e apenas aquando da resolução de um problema ou situação comunicada.

Artigo 8.º

Sistemas de Informação e Qualidade de Dados

1. Para assegurar correção, coerência, integração, interoperabilidade, normalização e bom desempenho na extração de informação dos sistemas, é necessário respeitar um

corpo de conhecimento associado às ciências da computação, bases de dados e processamento analítico consequente nas seguintes regras:

- a) a estruturação ou modelação de dados de qualquer sistema de informação é executada ou aprovada pela USIMA;
- b) a definição de atributos e codificação de “campos” de base de dados deve ser coordenada pela USIMA que resolverá erros, omissões e poderá além de supervisionar também auditar a sua utilização pelos restantes utilizadores;
- c) o desrespeito por critérios de qualidade dos dados publicados pela USIMA e inseridos pelo trabalhador é relevante para aferir do dever de zelo a que se encontra vinculado, nos termos do disposto no estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas.

2. A definição de fluxos de trabalho por parte das unidades orgânicas deverá colher parecer e registo formal em linguagem de notação padronizada com vista à sua integração nos sistemas de informação. Para que os processos de trabalho possam ser reformulados com suporte tecnológico deverão ser reunidas as seguintes condições:

- a) a unidade orgânica ou serviço que pretenda modernizar ou alterar procedimentos tradicionais de trabalho deverá remeter informação suficiente para denotar formalmente o processo novo ou a remodelação deste;
- b) em caso de dificuldade ou indefinição, a USIMA pronunciar-se-á sobre o grau de exequibilidade das alterações ou descrição de novo processo com vista à inclusão ou alteração dos sistemas existentes.

3. Os níveis de privilégio para cada sistema deverão ser definidos com base nas descrições de processo do ponto anterior e em caso de não existir uma proposta por parte do dirigente que superintenda o utilizador. Estes níveis deverão ser apenas os suficientes para a realização das tarefas que lhe estão atribuídas. A USIMA poderá emitir parecer ou solicitar justificação detalhada em caso de níveis de permissão elevados.

4. A definição de formatos de ficheiros estrutura e nomenclatura usada no sistema de ficheiros deverá respeitar critérios estabelecidos e publicados pela USIMA consolidados em torno de normas abertas e regulamentos de interoperabilidade. O desrespeito por estes critérios responsabiliza diretamente os utilizadores pela segurança e preservação digital dos bens de informação gerados em formatos ou especificação desautorizadas.

Artigo 9.º

Definições

hardware: parte física de um computador, é formado pelos componentes eletrónicos.

software: é composto por diversas funções lógicas, bibliotecas e módulos que geram um programa de computador que quando executado, recebe algum tipo de "entrada" de dados, processa as informações segundo uma série de algoritmos ou sequências de instruções lógicas e emite uma saída como resultado deste processamento. *Software* corretamente desenvolvido é criado por profissionais habilitados e inclui não apenas o programa de computador em si, mas também manuais, especificações e configurações.

helpdesk: designa o serviço de apoio a utilizadores para suporte e resolução de problemas técnicos.

firewall/proxy: é um dispositivo de uma rede de computadores que tem por objetivo aplicar uma política de segurança a um determinado ponto da rede.

password: senha de utilizador usada para iniciar sessão num sistema informático.

log: registo automático e cronológico de atividades, estados de variáveis, erros, pacotes de informação, alteração de campos de base de dados e outros eventos necessários à depuração de erros em sistemas e aplicações informáticas.

copyright: direitos autorais são as denominações empregadas em referência ao rol de direitos dos autores sobre as suas obras intelectuais, sejam estas literárias, artísticas ou científicas.

Artigo 10.º

Norma revogatória

Com a publicação e entrada em vigor das normas aqui contidas, revoga-se o Regulamento Municipal de Utilização do Sistema Informático.

Artigo 11.º

Legislação Conexa

Decreto-Lei n.º 252/94, de 20 de outubro

Lei n.º 67/98, de 26 de outubro

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro

Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril

Regulamento (EU) N.º 910/2014

Qualquer tentativa de violação dos artigos deste regulamento poderá resultar além da suspensão do acesso aos sistemas e redes, em ação disciplinar. É esperado que os utilizadores além das regras aqui plasmadas, respeite as leis nacionais ou internacionais quando subscritas pelo Estado Português. Se alguma situação irregular ou ilegal ocorrer, o Município de Vila Verde e a USIMA em particular fornecerão toda a colaboração possível às autoridades competentes em apoio de qualquer ação legal.

O acesso que permitirá o uso dos sistemas informáticos, equipamentos, rede e parque aplicacional implica a total aceitação deste regulamento.